



GT 76. Risco, patrimônio e cidadania.

Coordenador(es):

Manuel Ferreira Lima Filho (UFG - Universidade Federal de Goiás)

Edmundo Marcelo Mendes Pereira (MN/UFRJ)

Risco, patrimônio e cidadania. Manuel Lima Filho (MA/UFG); Edmundo Pereira (MN/UFRJ). A produção e gestão do risco vêm crescendo como fenômeno e chave analítico-investigativa, articulando campos disciplinares científicos, técnicos e jurídico-administrativos. Diversas áreas têm salientado como o conceito condensa agendas ambientais, tecnológicas, humanitárias e patrimoniais como “sociedades de risco”. As reflexões se concentram nas condições sociais e históricas de produção diferencial da vulnerabilidade, ou de “culturas do risco”. Etnografias de situações de risco, de eventos críticos catastróficos, de operações de resgate e processos de reorganização social pós-desastre têm imbricado economias políticas de distribuição da vulnerabilidade. Agentes do desastre - ‘curtos-circuitos’, ‘sirenes desligadas’, ‘hidrantes sem água’, ‘falhas humanas’, ‘quebras de protocolo’ - configuram pontos culminantes de processos de produção do risco. O GT objetiva reunir etnografias de situações de risco, de desastres, de processos de resgate e (re)construção patrimonial de instituições museais, bibliotecas, centros culturais, acervos históricos, artísticos e científicos, entretecendo dimensões pessoais, comunitárias e institucionais e reunir investimentos no mapeamento da diversidade definitiva da noção de risco, das narrativas e idiomas do desastre como expressões de cidadanias culturais e patrimoniais, dos debates sobre reconstrução e tombamento de ruínas e coleções desaparecidas

O fogo e o patrimônio: aproximações e distanciamentos entre os incêndios do Museu Nacional (Rio de Janeiro, Brasil) e a Catedral Notre-Dame (Paris, França).

Autoria: Mariane Aparecida do Nascimento Vieira (PPGAS)

A proposta deste work se volta para análise do desastre no patrimônio a partir de dois estudos de caso: o Museu Nacional (Rio de Janeiro, Brasil) e a Catedral de Notre-Dame (Paris, França). O investimento em uma perspectiva comparativa objetiva evidenciar as semelhanças e os distanciamentos da produção do risco e das ações realizadas em resposta a estes desastres, em que pese as especificidades de cada patrimônio. O Museu Nacional (denominado como Museu Real e, posteriormente Museu Imperial até ser conhecido pelo nome atual) é a primeira instituição científica do país, sendo mais antiga que a própria república, pois sua origem remete ao decreto real de D. João VI assinado em 06 de junho de 1818. O museu funcionou em uma edificação no Campo de Santana até a sua transferência para o palácio de São Cristóvão em 1892, após a instauração da República e realização da primeira constituinte do país. Em 2 de setembro de 2018, a sede do Museu Nacional (Rio de Janeiro, Brasil), o palácio de São Cristóvão, teve todos os seus cômodos consumidos por chamas. Em consequência, as coleções salvaguardadas na edificação foram duramente atingidas, além do próprio palácio, que teve seu telhado e andares parcialmente destruídos por conta do fogo. A catedral de Notre-Dame teve sua construção iniciada em 1163 e concluída em 1345. A imponente construção gótica está localizada na área central de Paris. Após a conclusão da sua construção passou por diversas reformas, sendo as mais significativas foram realizadas em decorrência da Revolução Francesa. A estrutura do telhado conhecida como ‘a floresta’ por cada viga ser proveniente de um carvalho, coberta por um telhado de chumbo, juntamente à flecha, estrutura construída no século XIX substituindo a original, foram consumidas por um incêndio em 15 de abril de 2019. Diante desses dois incêndios, percorreremos as políticas patrimoniais, os atores que emergem no contexto situacional pós-desastre, as respostas internas e externas, ressaltando a reorganização das comunidades relacionadas à ambos os bens, sob a luz da literatura da



antropologia do desastre, a observação-participante nas ações realizadas no Museu Nacional durante um ano após o incêndio e notícias de jornais que nos permitem colocar os dois estudos de caso em perspectiva.

[Trabalho completo](#)



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: